

**POLÍTICAS PÚBLICAS E BNCC: A ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DESVELADA EM PRÁTICAS PARTICIPATIVAS**

**PUBLIC POLICIES AND BNCC: THE ORGANIZATION OF DEMOCRATIC
MANAGEMENT UNVEILED IN PARTICIPATORY PRACTICES**

IOMARA RIOS DA SILVA¹

RAIANY ADRIELLY MOURA DE SOUSA²

RAYRA NASCIMENTO MENEZES³

Dr. HÉLIO RODRIGUES JR.⁴

RESUMO

A democracia é vista como um regime que favorece mudanças nos âmbitos político, social e econômico. Quando uma pessoa consegue tomar decisões, construir regras e assumir responsabilidades, gerando resultados, pode-se ver a autonomia como ponto chave para o desenvolvimento humano, possibilitando a experiência de um processo democrático. O presente trabalho aborda pontos do contexto escolar, relacionados a gestão democrática e a participação dos alunos em sua construção, discorrendo sobre uma análise de como as políticas públicas e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são organizadas em uma gestão democrática e desveladas em práticas participativas na escola formando alunos conscientes para o exercício da cidadania. Para isso, refletiu-se a forma que as instituições implementam a participação do aluno, tornando-o o agente principal do seu processo de aprendizagem, com a intenção de responder o seguinte questionamento: “De que forma as políticas curriculares da BNCC são empreendidas no cotidiano escolar, a fim de exercer uma gestão democrática e as habilidades socioemocionais dos alunos?”. Investigou-se então, as políticas curriculares de documentos normativos para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e gestão democrática; o modo que essa prática é fundamentada no cotidiano das instituições escolares; e os métodos para um desdobramento concreto de uma gestão democrática escolar. A metodologia abordada contou com a participação de gestores, professores e alunos, com a intenção de compreender as fases de planejamento, execução e impacto de ações participativas e democráticas implementadas pelas escolas. Em suma, foi visível a carência quanto ao entendimento do significado e comprometimento necessário para que a participação dos alunos aconteça, tornando a intencionalidade dessas práticas frágil e insustentável, dificultando a missão de formar alunos transformadores e críticos.

¹ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia – FSV UNIBR

² Graduanda em Licenciatura em Pedagogia – FSV UNIBR

³ Graduanda em Licenciatura em Pedagogia – FSV UNIBR

⁴ Dr. em Língua Portuguesa PUC-SP - Faculdade de São Vicente – UNIBR – E-mail: h-rodrigues-junior@uol.com.br

Palavras-chave: Políticas educacionais; BNCC; Competências socioemocionais; Gestão democrática; Estratégias participativas.

ABSTRACT

Democracy is seen as a government that favors changes in the political, social, and economic spheres. When a person manages to make decisions, create rules, and take responsibilities achieving results, autonomy can be seen as a key point for human development, enabling the experience of a democratic process. This paper addresses points from the school context, related to democratic management and student participation in its construction, discussing how public policies and the Common National Curriculum Base (BNCC) are organized in democratic management and unveiled in participatory practices at school forming aware students for the exercise of citizenship. In order to do this, the way in which institutions implement student participation was considered, making them the main agent of their learning process, with the intention of answering the following question: "How are BNCC's curriculum policies undertaken in the daily school life, in order to exercise democratic management and the students' socio-emotional skills?". It was then investigated the curricular policies of normative documents for the development of socio-emotional skills and democratic management; the way that this practice is based on the daily life of school institutions; and the methods for a concrete development of a democratic school management. The approached methodology had the participation of managers, teachers, and students, with the intention of understanding the planning, execution and impact phases of participative and democratic actions implemented by the schools. To sum up, there was a visible lack of understanding of the meaning and commitment necessary for student participation to happen, making the intention of these practices fragile and unsustainable, making the mission of training transformative and critical students more difficult.

Keywords: Educational policies; BNCC; Socio-emotional skills; Democratic management; Participatory strategies.

1 INTRODUÇÃO

Compreender a diversidade é fundamental para ter uma orientação mais contundente quando se trata da transformação de uma sociedade naturalmente voltada à exclusão. Nessa perspectiva, o presente trabalho busca abordar os pontos diretamente ligados ao que pode-se considerar importante no contexto escolar, quando relacionado a uma gestão democrática e a participação ativa do aluno em sua construção. Visando a prática de uma gestão educacional que se vincule aos meios legais que fundamentam ações participativas para a garantia de qualidade social da

educação como disposto na Lei nº 7716/89.

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou em seu Artigo 206 inciso VI, a gestão democrática deve ser adotada como regra básica nas instituições de ensino. E para isso, a BNCC também orienta sobre a interação do sistema/escola com a família, comunidade e sociedade (2017), descentralizando a organização escolar e promovendo a democracia no processo de educação. Contudo, pontuou-se que o tema trata sobre uma análise minuciosa de como as políticas públicas e a BNCC são organizadas em uma gestão democrática e desveladas em práticas participativas na escola formando alunos conscientes para o exercício da cidadania.

Logo, é necessário refletir a forma com que a instituição escolar implementa a participação e autonomia do aluno, fazendo com que ele seja não apenas um receptor da prática pedagógica, e sim, o agente principal do seu processo de aprendizagem. Sendo assim, o projeto de pesquisa foi guiado a fim de responder a seguinte pergunta: De que forma as políticas curriculares da BNCC são empreendidas no cotidiano escolar, a fim de exercer uma gestão democrática e desenvolver as competências socioemocionais dos alunos?

O objetivo geral deste projeto é esquadrihar as práticas pedagógicas referente ao desenvolvimento socioemocional dos alunos e sua participação ativa no exercício das tomadas de decisões. A partir desta perspectiva, foram especificados os seguintes objetivos: Investigar as políticas curriculares dos documentos normativos (BNCC e LDB) para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e gestão democrática; Observar de que modo essa prática é fundamentada no cotidiano das instituições escolares; Considerar métodos para um desdobramento concreto de uma gestão democrática escolar.

Para o andamento do projeto buscou-se analisar sobre as bases legais que regem a educação brasileira no que diz respeito a uma administração coletiva no ambiente escolar, que envolva não somente educadores e gestores, mas também os alunos. Também lançou-se mão de revisão de literatura, periódicos online, artigos científicos e análises estatísticas, a fim de se compreender melhor os pontos abordados. A metodologia contou com a colaboração de alunos, professores e gestores de escolas públicas e privadas dos municípios de Santos e São Vicente, com a única intenção de compreender as fases de planejamento, execução e impacto das

ações participativas e democráticas implementadas pelas escolas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO ESCOLAR

As Políticas Públicas educacionais são ações coletivas governamentais que orientam e garantem direitos no que tange uma educação de qualidade e o pleno desenvolvimento do educando. Geralmente são votadas pelo poder legislativo nas esferas federal, estadual e municipal, porém as ações também contam com a participação do poder executivo e da população para que possam ser melhor implementadas e para que possam de fato solucionar questões que são pautadas pelos conselhos e assembleias. Tais reuniões envolvem tomadas de decisões que devem ser planejadas sempre através de objetivos, metas, efeitos e efetividade, além de respeitar o que é proposto pela Lei de diretrizes e bases (LDB – lei 9394/96). Alguns exemplos destas iniciativas em busca de um ensino de qualidade são: Todos pela educação (TOPA); Programa Caminho da Escola (PCE); Projovem Campo – Saberes da Terra; Programa Brasil Alfabetizado (PBA); Programa Universidade para Todos (Prouni); Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Com as políticas curriculares, as questões escolares para avaliação, verificação e readaptação do método de ensino podem ser replanejadas a fim de melhorar a qualidade educacional. Porém, compreende-se que o ambiente educador não é apenas o que sofre uma delimitação por um sistema, logo, todas as Políticas Públicas educacionais devem abranger ambientes formais e não formais, ou seja, tudo aquilo que se aprende socialmente na família, na vizinhança ou em projetos não formais de ensino.

Além disso, as Políticas também contemplam ações educativas complementares e proporcionam atividades pedagógicas e socioeducativas para desenvolver habilidades que potencializam indivíduos atuantes na sociedade. Sendo assim, oferecem oportunidades para garantir direitos fundamentais como saúde e educação, mas os métodos avaliativos ainda são insuficientes para determinarem sua efetividade.

Através das projeções das políticas educacionais, a origem do currículo associa-se ao controle do processo de ensino e a ideia de sua formalização e eficiência. A partir da época e/ou contexto, o currículo apresentou-se em diferentes

definições, incluindo experiências de aprendizados escolares, objetivos do processo de ensino, listagem de conteúdos, processos de avaliação e metodologias, tornando fundamental que a postura do educador seja de contínua compreensão das dimensões do currículo, por diferentes autores e teorias, para assim, relacionar quais conceitos vão de encontro às necessidades do contexto em que está inserido.

Portanto, ao se pensar em currículo, é importante levar em consideração a concepção de educação defendida, respeitando os documentos normativos e avaliando as teorias que abrangem esse contexto, pelo fato de serem construídos

conforme os fatores políticos, econômicos, sociais, epistemológicos e culturais, fortemente influenciados por seus períodos históricos.

Como parte desses documentos, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possui a meta organizar de forma progressiva o desenvolvimento de aprendizagens essenciais, para todas as etapas da educação básica (Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), de modo a assegurar a equidade dos direitos educacionais de cada indivíduo. A base busca uma formação humana e a construção de uma sociedade justa e democrática, seguindo os princípios abordados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN), além de buscar o que se espera pela LDB em seu Art. 3, no que se refere ao acesso e a permanência nas escolas.

É importante que se entenda que a BNCC propõe que as escolas definam suas identidades a partir de dois pilares principais, o de um currículo por competências e o de uma educação integral. O primeiro trata do conhecimento de uma forma prática e contextualizada, ou seja, ações que vão além de teorias e conteúdos. Já o segundo leva em consideração as ações cognitivas, socioemocionais, éticas e corporais para o desenvolvimento humano.

Cada competência deve ser pensada e incentivada de modo a valorizar o que foi historicamente construído, a fim de melhor compreender a realidade atual e avançar em aspectos do mundo físico, social, cultural e digital, trabalhando a imaginação, criatividade, senso investigador, resolução de problemas e análise crítica, de modo a partilhar experiências e informações em diferentes contextos, para assim exercer com responsabilidade, liberdade e autonomia, as funções futuras

relacionadas ao campo de trabalho.

As competências socioemocionais são abordadas na BNCC com o objetivo de nortear o aprendizado dos alunos e seu convívio em meio a sociedade. Esse ensino trata sobre a compreensão e maneira de lidar com as emoções, visando tomadas de decisões responsáveis e empáticas. Elas são usadas no cotidiano de todos de forma integral, na formação do indivíduo como cidadão e futuro profissional, sendo benéfico por exemplo, em casos de indisciplina e bullying, como também na melhora do desempenho cognitivo. As competências devem ser propagadas ao longo das etapas da educação básica, evidenciando a importância dessas dimensões.

Contudo, a escola tem seus objetivos específicos que são pontualmente detalhados em seus currículos. Assim, o gestor deve ter como ponto inicial a missão da própria instituição. As ações precisam ser norteadas levando em consideração se o objetivo é desenvolver possíveis líderes ou cidadãos resilientes e responsáveis. É importante garantir reuniões constantes com professores e o corpo docente para que ocorra o alinhamento de iniciativas no processo de planejamento pedagógico.

3 COMPREENDENDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática acontece quando efetivamente existe uma participação dos membros da organização escolar, desde a criação, planejamento e execução dos processos. Ela se relaciona diretamente aos mecanismos institucionais, unindo processos administrativos e pedagógicos, com o intuito principal de beneficiar a comunidade escolar. É fundamental levar em consideração a necessidade da descentralização das ações, para que pais e alunos, por exemplo, não participem somente em eventos e reuniões, não ficando à mercê de uma administração autoritária e impositora, que nem sempre pensam no coletivo, fazendo-os assim, colaboradores reais no cotidiano da instituição. A Constituição Federal de 1988 aponta a gestão democrática como um dos princípios da educação brasileira.

Entretanto, para Oliveira “[...] a garantia de um artigo constitucional que estabelece a gestão democrática não é suficiente para a sua efetivação” (2007, p.95). Ou seja, Apesar da existência legislativa de políticas que contribuem para uma prática pedagógica que inclua a democracia ser um avanço, é importante enfatizar que as leis

aparecem somente como obrigаторiedades que nem sempre são consideradas ou levadas à prática.

Os modelos das práticas pedagógicas são fortemente influenciados pelos momentos culturais e sociais em que estão envolvidos. Na educação brasileira existem dois grandes pilares de pensamentos pedagógicos, as Tendências Liberais e as Tendências Progressistas. Elas servem de auxílio para as práticas dos docentes, sendo usadas em união, não de forma isolada, procurando utilizar as características mais apropriadas para a sua identidade profissional e também da instituição em que está inserido.

A tendência pedagógica liberal busca preparar os indivíduos para o ser social, adaptando-se aos valores da sociedade, desenvolvendo sua cultura individual, não levando em consideração as desigualdades sociais. Nela existem quatro especificações: Tradicional, renovada, renovada não-diretiva, tecnicista.

Já as tendências pedagógicas progressistas têm uma visão crítica de análise das realidades sociais, buscando na educação uma melhor compreensão da realidade da história da sociedade, mostrando o sujeito como um ser que constrói sua realidade, assumindo além do papel pedagógico, um papel político. Essa é dividida em três tendências: Libertadora, libertária, crítico social dos conteúdos.

Nas escolas, a Gestão Democrática veio para fortalecer os vínculos, potencializar o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos alunos e conseguir atuar em pontos específicos, como tornar as perspectivas para o futuro dos educandos mais positivas, ampliar a qualidade de ensino com a diminuição da falta de interesse, construir relações mais humanas e ainda possibilitar a criação de vínculos mais sólidos com a sociedade, respeitando e valorizando a opinião de todos.

Para isso tudo realmente acontecer, é preciso que as instituições de ensino se abram ao diálogo, sem enfatizar determinadas hierarquias, buscando uma relação horizontal. A equipe gestora da escola tem o papel difícil de permitir que esse formato de democracia seja aplicado no cotidiano e fundamentos escolares, por meio de pensamentos e atitudes sólidos e bem fundamentados nessas intenções.

Centralizar ações em torno de si, não é um método favorável. Um gestor precisa buscar autonomia e tomada de decisão em todos do corpo docente, seus

colaboradores e equipe, sempre desenvolvendo capacitações, para que a instituição esteja alinhada com a missão que rege a escola.

Um ponto importante a se refletir, é sobre o quando a aproximação das famílias é fundamental, não somente em dias específicos do ano letivo, mas de maneira profunda, no envolvimento emocional deles com o aprendizado do educando. Isso gera um progresso considerável, vendo que as habilidades socioemocionais devem estar em constante função, tanto quanto as habilidades cognitivas.

Logo, uma escola que busca um pleno aprendizado e desenvolvimento, formando indivíduos capazes de conviver em sociedade, deve dar extrema importância às competências socioemocionais para que sejam trabalhadas com a mesma prioridade das cognitivas. Obviamente, sempre existirão dificuldades e problemas, mas é relevante pensar que formadores, em um contexto geral, tanto familiar, quanto educacional, devem ir à busca da resolução de conflitos, e caso não exista, respeitar as limitações, sem deixar que elas tomem conta de espaços que não as pertencem.

É imprescindível refletir que na formação dos educadores e gestores os alunos não sejam tratados como números ou como clientes que necessitam apenas arquivar informações. Mas muito mais do que isso, devem levar em conta o funcionamento da mente dos alunos, atentando-se a complexibilidade e individualidade de cada um deles, para que assim haja um aprendizado relevante. Contudo, há várias maneiras de começar a realizar esse trabalho, para que sejam instigados a um comportamento mais leve e compassivo. Saídas pedagógicas produtivas é sempre o alvo para trabalhar a inteligência emocional e desvelar novos horizontes.

Apresenta-se a Educação Socioemocional que é essencial para o gerenciamento de conflitos, ideias, valores e ações dentro de uma organização escolar, ou em qualquer outra. Este termo é conhecido no âmbito da psicologia e educação desde o ano de 1990 e passou a ser discutido com frequência no ano de 2019 quando começou a fazer parte do currículo nacional e obrigatório da educação brasileira que é a BNCC. Logo, a habilidade socioemocional relaciona-se naturalmente com a gestão democrática, porque ambas desenvolvem inteligência emocional, criatividade, empatia e muitos outros benefícios importantes que auxiliam na formação do aluno e também desperta nele o desejo de transformar e ajudar.

O ensino tradicional buscou transmitir conteúdos, desvalorizando o saber do aluno, definindo-o através de notas. Após anos de estudos e debates, hoje é possível que o aluno expresse seu pensamento. O conhecimento é importante, mas o sentimento também é e faz parte da formação educacional.

Algumas estratégias que contam com a participação de todos os envolvidos da instituição escolar são: Conselhos de classe, associação de Pais e Mestres, eleição de representantes de classe, assembléia de classe e grêmios estudantis. Contudo, considerando essas práticas como algumas das saídas pedagógicas para uma participação produtiva, é notável a importância da inclusão de processos de gestão democráticas nas instituições educacionais, buscando constantemente envolver a todos em planejamentos e ações, a fim de trabalhar em suas necessidades e interesses de forma coletiva, fazendo valer direitos tanto dentro, quanto fora da escola.

4 REFLETINDO SOBRE OS IMPACTOS DE UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Por conta da paralisação mundial referente a pandemia do coronavírus, que afetou em grande escala o Brasil e em especial a realidade escolar, houve uma dedicação maior para que o estudo pudesse acontecer de forma segura e prática, possibilitando uma posterior ação.

A fim de responder o questionamento inicial sobre a forma como a gestão democrática é desenvolvida e trabalhada nos ambientes escolares, e, por conseguinte, esclarecer quais metodologias são utilizadas para a interação dos alunos e professores nas tomadas de decisões e se de fato são recursos que demonstram a real participação dos mesmos nas instituições, utilizou-se recursos tecnológicos quantitativos para a análise concreta das práticas de uma gestão democrática. Esses dados foram adquiridos a partir de questionários que foram respondidos remotamente, através da plataforma google forms, que possibilita o gerenciamento das informações coletadas. Por uma melhor visualização do contexto escolar, foi disponibilizado os questionários para alunos, ex-alunos, professores e gestores das redes pública e privada de ensino, na tentativa de sanar quaisquer dúvidas que relacionem a carência da democracia e da participação por fatores financeiros e sociais.

Além disso, como fundamento qualitativo, os ideais abordados por Lauro Carlos Wittmann e Sandra Regina Klippel (2012) foram levados em consideração no momento de investigação. Segundo os autores “A participação coautora implica o envolvimento que, além da presença atenta e consciente, bem como das opiniões e sugestões, exige tomada de decisão, acompanhamento da execução e avaliação dos resultados” (2012, p. 107). Esses pontos são relevantes pois mostram a importância da construção coletiva de aprendizagens significativas, onde não se pontua um ensinador, e sim, todos os envolvidos aprendendo juntos.

Quadro 1 – Sistematização do Corpus

AOS PROFESSORES E GESTORES	
<p>1 - A escola em que você trabalha pertence a:</p> <p><input type="checkbox"/> Rede pública.</p> <p><input type="checkbox"/> Rede privada.</p> <p>2- Por favor, selecione as opções que existem na escola em que você atua:</p> <p><input type="checkbox"/> Grêmio estudantil.</p> <p><input type="checkbox"/> Conselho de classe.</p> <p><input type="checkbox"/> Reunião de pais.</p> <p><input type="checkbox"/> Assembleia de classe.</p> <p><input type="checkbox"/> Eleições de representante de turma.</p> <p><input type="checkbox"/> Conselho escolar.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros.</p> <p>3- Há participação dos professores, alunos e seus familiares na formação dos projetos, currículos escolares, planos de gestão escolar, etc.?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p>4- A participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares é assegurada?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>	<p>5- Como se dá a escolha dos recursos didáticos?</p> <p><input type="checkbox"/> De forma participativa pelos professores.</p> <p><input type="checkbox"/> Somente por alguns membros da equipe escolar.</p> <p><input type="checkbox"/> Por órgãos externos à escola.</p> <p><input type="checkbox"/> Em conjunto pelos professores membros da equipe escolar e órgãos externos à escola.</p> <p><input type="checkbox"/> Escolhido de outra maneira.</p> <p>6- Você e/ou instituição em que atua, investem em capacitações voltadas ao exercício de uma gestão democrática?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, a instituição investe em constantes capacitações.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, porém, grande parte das capacitações são investimentos próprios.</p> <p><input type="checkbox"/> Não, ainda não houve a possibilidade de uma capacitação voltada à gestão democrática.</p>
AOS ESTUDANTES	
<p>1- A escola em que você trabalha pertence a:</p> <p><input type="checkbox"/> Rede pública.</p> <p><input type="checkbox"/> Rede privada.</p> <p>2- Você já participou de uma assembleia de classe?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>	<p>5- Por favor, selecione as opções que você sabe que existem na sua escola ou na escola em que você estudou:</p> <p><input type="checkbox"/> Grêmio estudantil.</p> <p><input type="checkbox"/> Conselho de classe.</p> <p><input type="checkbox"/> Reunião de pais.</p> <p><input type="checkbox"/> Assembleia de classe.</p>

<p>3- Já fez parte de uma eleição de representante de turma?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, inclusive já fui representante. <input type="checkbox"/> Sim, já tive interesse em ser representante, mas nunca me candidatei.</p> <p><input type="checkbox"/> Não, nunca participei de uma eleição.</p> <p>4- A escola em que você estudou ou estuda, fez/faz eleições anuais de grêmio estudantil?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, eu já participei ou tive interesse em participar.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, mas nunca tive interesse em participar.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, mas não sei para que serve.</p> <p><input type="checkbox"/> Não, mas gostaria de participar caso a escola fizesse.</p> <p><input type="checkbox"/> Não, nem sei o que é grêmio estudantil.</p>	<p><input type="checkbox"/> Eleições para representante de turma.</p> <p><input type="checkbox"/> Conselho escolar.</p> <p><input type="checkbox"/> Outros.</p> <p>6- Conte sobre a sua experiência enquanto aluno, na participação nas tomadas de decisão da escola. Quais são os momentos de conversa que a escola tem com você aluno?</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
--	--

A pesquisa quantitativa busca obter respostas sobre o tema desejado, em forma de números e porcentagens, possibilitando um maior alcance do público-alvo e resultados descritos de maneira factual. Suas características centram-se na objetividade, por meio de questionários e entrevistas, com a padronização da medição numérica, permitindo uma margem de erro bastante pequena. Já quando nos referimos ao método qualitativo, não se estrutura questionários, pois o que se torna um guia são os roteiros e embasamentos teóricos utilizados para tal. O importante é entender o que acontece, e não medir. Pode-se identificar uma pesquisa qualitativa por meio da narrativa, onde é pontuado o entendimento mais aprofundado do tema proposto.

A resolução prática foi construída remotamente por meio do Google forms, através de questionários, com o intuito de averiguar se as escolas possuem projetos de grêmio estudantil, assembléias, reuniões, entre outros, para assim identificar as ações democráticas. Para visualizar diferentes perspectivas em torno da organização dessas ações, foram elaborados três questionários destinados aos gestores, professores e alunos/ex-alunos.

O questionário voltado aos gestores teve como objetivo explorar o campo de planejamento que irá possibilitar a participação coletiva nas tomadas de decisão. Já as questões direcionadas aos professores evidenciam o planejamento na prática. Para os alunos/ex-alunos, as perguntas tiveram por objetivo revelar o real impacto do que fora previamente citado. Após os questionários serem devidamente concluídos, o

grupo analisou as respostas discursivas e as informações geradas a partir de gráficos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Gestores

Figura 3 – Rede de ensino

A escola em que você trabalha pertence a:

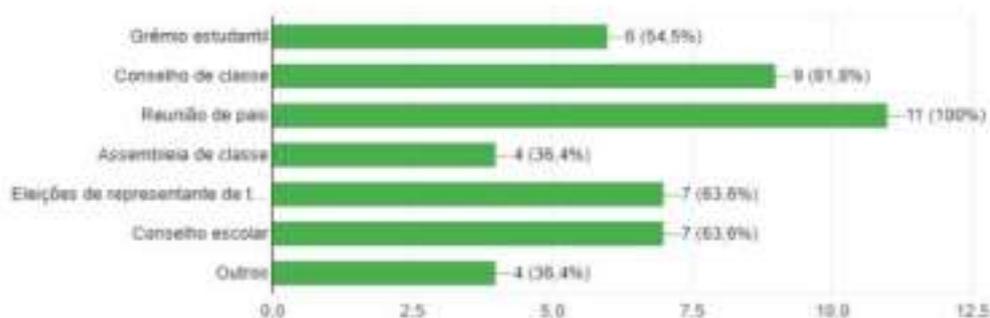


Fonte: Os autores

Dos gestores que participaram da pesquisa 63,6% fazem parte da rede privada de ensino e apenas 36,4% pertencem à rede pública.

Figura 4 – Práticas Participativas

Por favor, selecione as opções que existem na escola em que você atua:



Fonte: Os autores

Segundo os gestores que participaram da pesquisa, a reunião de pais é a única metodologia entre as alternativas praticada em todas as escolas (100%), contrapondo a assembleia de classe com apenas 36,4% de aderência.

Esses meios de participação são fundamentais para que haja verdadeiras ações democráticas no ambiente escolar, onde os membros possam efetivamente se relacionar com a construção dos processos pedagógicos e até mesmo

organizacionais das instituições. Apesar de relevantes, esses métodos são frequentemente utilizados e dificilmente contam com alterações inovadoras, além de manter uma organização por cargos, o que reforça a visão das tomadas de decisões serem feitas a partir de uma hierarquia vertical.

Mais da metade dos resultados (54,5%), mostram que não há participação de professores, alunos, pais e familiares na construção de projetos, currículos escolares e planos pedagógicos. Da mesma forma, não há uma participação considerável dos pais quanto a avaliação de docentes e gestores (54,5%).

Uma vez que as práticas pedagógicas utilizam as habilidades socioemocionais para estabelecer significatividade e assimilação entre a teoria e a prática das crianças no cotidiano, é necessário que os familiares estejam ainda mais envolvidos com a avaliação dessas ações docentes, pois são eles que acompanham diariamente a execução do que fora estudado pelo educando nos âmbitos de argumentação, desenvolvimento emocional, resolução de conflitos e/ou problemáticas.

Figura 5 – Projetos e Currículos

Há participação dos professores, alunos e seus familiares na formulação dos projetos, currículos escolares, planos de gestão escolar, etc.?



A participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares é assegurada?



Fonte: Os autores

Ou seja, mesmo que atualmente as escolas procurem por adaptações que levem a um modelo que alcance e busque através da sociedade novas práticas que colaborem com a ação educativa, ainda mostra-se necessário repensar a participação dos membros externos à escola nos momentos de avaliação no que diz respeito à gestão curricular, seu planejamento e abordagem, visto que essas se encontram restritas apenas corpo docente.

Figura 6 – Recursos Didáticos

Como se dá a escolha dos recursos didáticos?



Fonte: Os autores

45,5% dos gestores pontuaram que os recursos didáticos são escolhidos em conjunto aos membros da escola, juntamente aos órgãos externos, diferindo da porcentagem de 9,1% que restringe essas escolhas apenas a alguns membros da equipe.

Ações mais coletivas auxiliam e potencializam a qualidade do ensino, além de permitir que a comunidade escolar tenha mais interesse no que diz respeito ao aprendizado dos educandos e ao avanço de profissionalismo assumido por cada função exercida dentro da instituição.

É fundamental que o corpo docente por inteiro se una em favor das construções de conteúdos e planejamento, permitindo que tenham mais propriedade dos recursos didáticos utilizados no cotidiano para assim abandonar a ideia de sempre seguir uma escala de poderes no desenvolvimento de uma escola favorável à gestão democrática.

Figura 7 – Capacitações para Gestores

Você viu a instituição em que atua, investem em capacitações voltadas ao exercício de uma gestão democrática?



Fonte: Os autores

Referente às capacitações voltadas ao exercício da gestão democrática, 54,5% apontaram que é um hábito constante proporcionado pelas instituições de

ensino. Entretanto, 45,5% disseram que não houve possibilidade dessas aquisições ou que para as mesmas, é necessário a busca por recursos próprios.

O incentivo à formação continuada é um dos princípios necessários para que a carreira docente esteja alinhada à missão que rege a escola, além de potencializar práticas inovadoras que colaborem com o que de fato é almejado para o desenvolvimento de profissionais compenetrados, dedicados e capacitados.

Contudo, é importante também que haja autonomia na busca de uma constante qualificação, pois, esperar que esse investimento venha apenas das instituições não deve ser o caminho mais apropriado, visto que ainda não é a realidade em todas as escolas.

5.2 Professores

Figura 8 – Rede de ensino

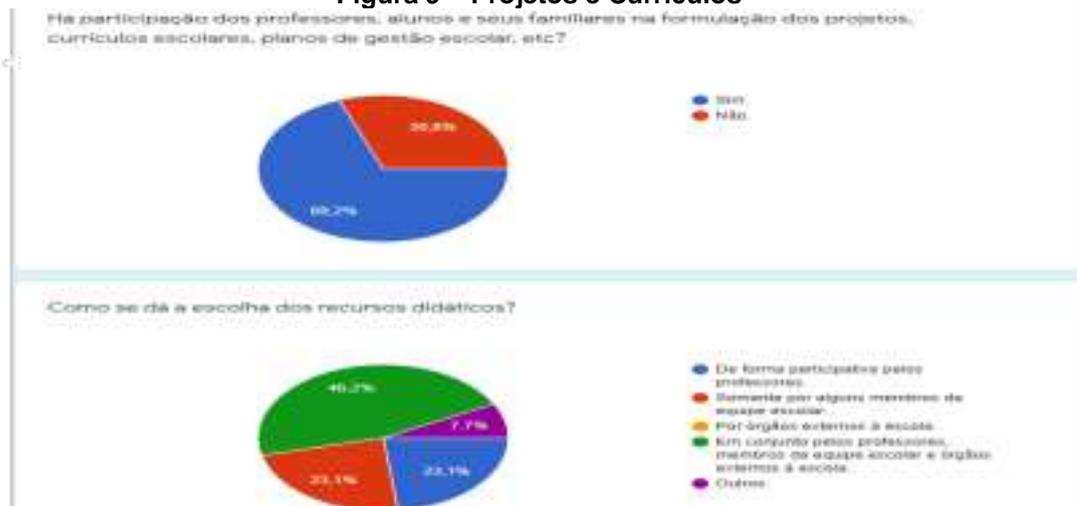
A escola em que você trabalha pertence a:



Fonte: Os autores

76,9% dos professores participantes são atuantes na rede privada de ensino.

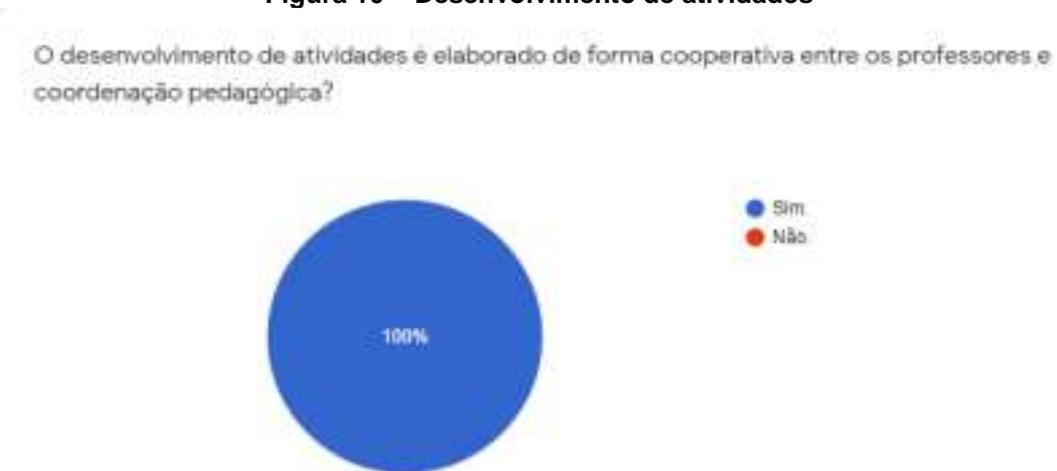
Figura 9 – Projetos e Currículos



Fonte: Os autores

Para os docentes, existe uma quantidade relevante de participação dos mesmos, de alunos e familiares na formulação de projetos, currículos escolares e planos de gestão escolar. Ao pensar nos recursos didáticos 46,2% dos professores disseram que escolhem em conjunto a toda a equipe escolar, ao contrário de 7,7% que não consideram nenhuma das alternativas.

Figura 10 – Desenvolvimento de atividades



Fonte: Os autores

Em unanimidade (100%) os professores confirmaram a cooperação com a coordenação pedagógica quanto às atividades elaboradas. Essa atitude é a esperada quando se diz respeito à união dos membros do núcleo escolar, que buscam por ações participativas e ações mais democráticas em seu cotidiano, tudo isso enfatizando a importância de trabalhar a autonomia dos indivíduos, complementando as habilidades já existentes e por consequência, auxiliando em seu desenvolvimento como cidadão.

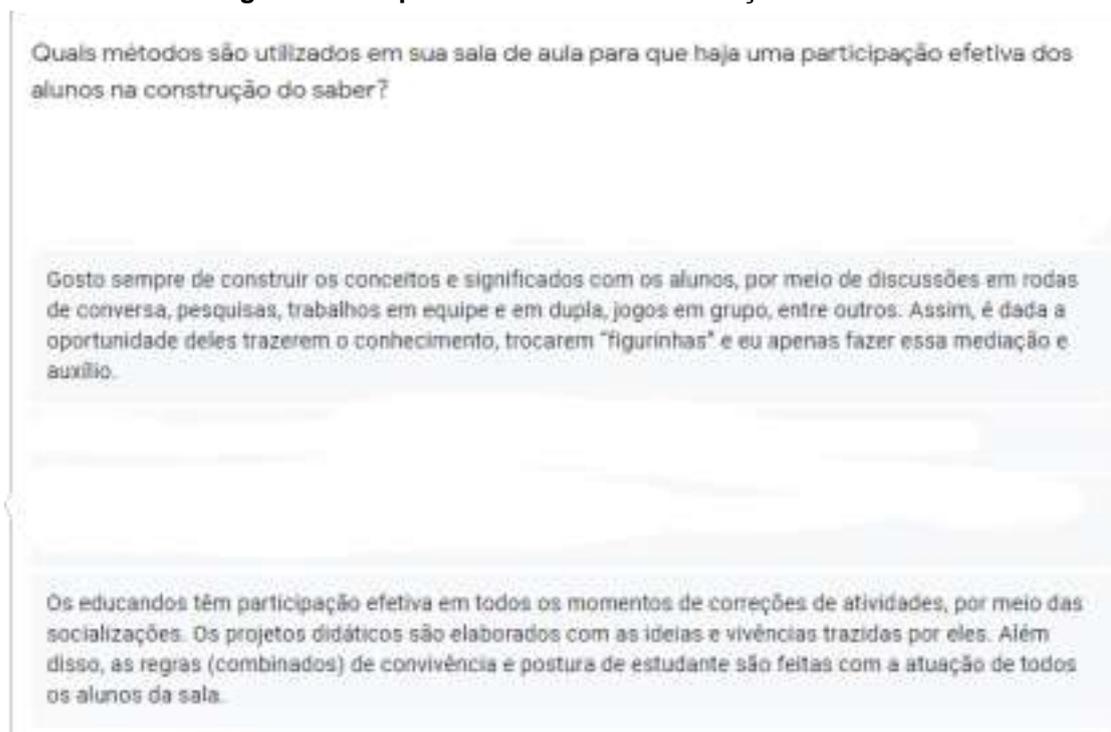
Figura 11 – Capacitações aos professores



Fonte: Os autores

69,2% dos docentes mostraram que as instituições investem em constantes capacitações relacionadas ao exercício da prática pedagógica, em contrapartida 7,7% ainda não conseguiram buscar as mesmas capacitações.

Figura 12 – Depoimentos sobre a construção do saber



Fonte: Os autores

5.3 Estudantes

Figura 13 – Rede de ensino

A escola em que você estudou ou estudava pertence a:

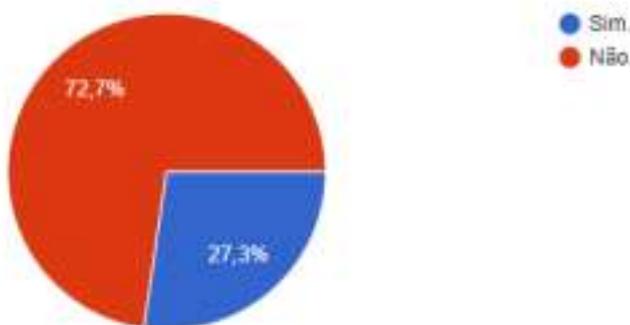


Fonte: Os autores

81,8% dos estudantes participantes de pesquisa fazem parte da rede pública de ensino

Figura 14 – Assembleia de classe

Você já participou de uma assembleia de classe?

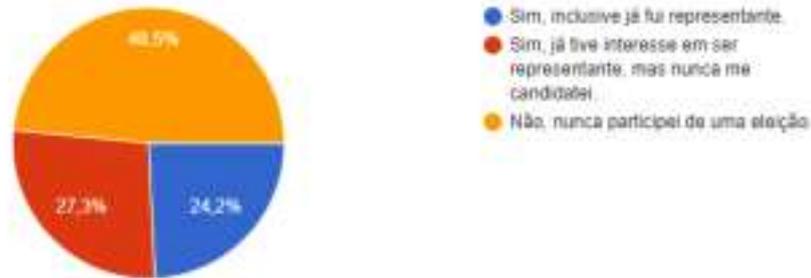


Fonte: Os autores

72,7% nunca participaram de assembleias de classe. Levando em consideração que esse é um momento oportuno para refletir sobre possíveis soluções para os problemas no cotidiano da escola, a grande ausência dos estudantes no processo dessas assembleias torna-se um fator preocupante pois, a participação dos alunos nas tomadas de decisões e no exercício da cidadania, ficam limitados a um contexto escolar pré estabelecido por terceiros onde, por vezes, não correspondem às suas expectativas.

Figura 15 – Eleições de representante

Já fez parte de uma eleição de representante de turma?



Fonte: Os autores

51,5% dos educandos já foram representantes de turma ou tiveram interesse, porém, 48,5% nunca participaram de uma eleição.

Levando em consideração os dados acima, a falta de apropriação a um cargo de representante traz a possibilidade de que os candidatos não compreendam o real motivo e importância de se ter um representante de turma, dificultando assim o processo de valorização do protagonismo estudantil e da efetivação da democracia durante as votações, sendo que para essa existir é necessário mais de um candidato.

Figura 16 – Grêmios estudantis

A escola em que você estudou ou estuda, fez/faz eleições anuais de grêmios estudantis?



Fonte: Os autores

Quanto às eleições anuais de grêmios estudantis, 30,3% já participaram ou tiveram interesse, ao contrário da maioria (48,5%) que apesar de terem participado, nunca tiveram interesse real sobre o assunto. Uma observação relevante está entre os 9,1% dos alunos nem mesmo sabem para que serve o grêmios estudantis. Isso demonstra, mais uma vez, o quanto a falta de diálogo e informações podem refletir no comportamento evasivo quanto aos meios de representatividade dos alunos nas

escolas.

Logo, considerando que parte da missão docente é formar indivíduos politicamente críticos e interessados em se envolver diretamente em tomadas de decisões que refletirão em seus posicionamentos ao decorrer de suas histórias, é preocupante a ausência dessa participação ainda na fase escolar.

Figura 17 – Práticas participativas.



Fonte: Os autores

100% dos estudantes reconhecem a reunião de pais como realidade em suas escolas, ao contrário da assembleia de classe com uma aderência apenas de 24,2%.

Porém, apesar de todas essas tentativas para tornar a escola um ambiente de corresponsabilidade e aprendizado mútuo, com os relatos anteriores torna-se evidente a carência de projetos inovadores que busquem o interesse dos alunos e ainda assim colaborem no estímulo do ser argumentativo, empático e cooperativo dos educandos.

Os relatos apresentados ressaltam as carências nas ações que estabelecem a democracia desde seu planejamento, até se pensar nos processos de avaliação que poderão colaborar para um replanejamento que venha permitir

que todos tenham propriedade nas situações vivenciadas no cotidiano escolar, tanto na parte pedagógica quanto na construção humana. Isso torna-se incentivo e investimento para formações continuadas e direcionadas ao bem comum, trabalhando metas, autonomia e a prática cidadã.

A compreensão dos alunos aparenta demonstrar que as ações participativas que hoje ocorrem nas escolas servem meramente para ocupá-los, quando na realidade deveriam estar voltadas ao exercício da busca de um pensamento crítico na construção de um protagonismo democrático.

A falta de participação dos pais na avaliação das práticas institucionais e dos

professores e alunos na construção dos projetos, currículos e planos de gestão, demonstram que ainda existe um teor centralizador no que se trata das ações educacionais. Entretanto, os fatos mencionados possibilitam a reflexão sobre o quanto as políticas públicas e a BNCC são organizadas em uma gestão democrática e desveladas em práticas participativas na escola, pelo menos, em sua maioria.

Apesar disso, essas ações não são muito reconhecidas pelos alunos, em especial da rede pública de ensino, que foi a maioria do público estudantil pesquisado, em oposição dos gestores(as) e professores(as), em maioria da rede privada, que apontaram um maior envolvimento dos membros internos e externos da escola nas mesmas ações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa torna-se possível compreender o ato educacional como fator político, social e histórico, que de forma contínua é modificado pelo poder governamental. Tais mudanças devem ser exercidas a fim de atingir objetivos, metas e tomadas de decisões que tornem a educação mais qualificada, justa e democrática. Essas ações proporcionam oportunidades para práticas pedagógicas que desenvolvam competências e estimulem indivíduos que atuem na sociedade.

Pensando-se em uma gestão democrática que acontece quando há participação efetiva dos membros da instituição escolar, é imprescindível que as pessoas estejam de fato comprometidas com os processos institucionais, administrativos e pedagógicos, com o objetivo primordial de construir uma sociedade capaz de intervir na realidade atual sem comprometer de forma negativa o futuro. É fundamental que a gestão aplique pensamentos e atitudes participativas no cotidiano escolar, com diálogo e um trabalho contínuo na busca de uma relação horizontal. Porém, mesmo com a Constituição de 98 propondo a gestão democrática como um princípio para a educação brasileira, ao decorrer da pesquisa, percebeu-se que um modelo democrático de gestão ainda não é vivenciado de forma integral, visto que as ações do corpo docente são centralizadas, geralmente, aos cargos mais elevados da hierarquia escolar, negligenciando a integração familiar neste contexto.

Contudo, apesar de ser de conhecimento dos alunos os métodos utilizados pela maioria das escolas, tanto públicas quanto privadas, ainda são visíveis a carência quanto à comunicação do real significado e comprometimento necessário para com essas ações. O esclarecimento da intencionalidade dessas práticas se faz frágil e insustentável, corrompendo com a missão de formar alunos capazes de transformar historicamente o meio social, de forma politicamente crítica. Ou seja, as mudanças serão possíveis a partir do momento que a formação inicial dos professores se volte a entender e propiciar ferramentas onde a inclusão dos alunos nas tomadas de decisões, planejamento, ações, uma real participação no contexto escolar, proporcionem um esclarecimento que desperte interesse, que mostre a eles a importância de fazerem parte, de terem firmado o seu papel como estudante construtor de conhecimento e não apenas um receptor de mensagens prontas e padronizadas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. _____.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. _____.
- Lei Nº 7.398, de 4 de novembro de 1985: Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Lei grêmio estudantil** – Planalto, 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm Acesso em: 07/06/2021.
- _____. **Lei 9394/96 | Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Jusbrasil, 1997. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96> Acesso em 07/06/2021.
- _____. Ministério da Educação. **PROUNI**, [S.d]. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/> Acesso em: 21/04/2021.
- _____. Ministério da educação. **Todos Pela Educação: Independente, plural e decisivo**, c2021. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/> Acesso em: 21/04/2021.
- _____. Ministério da Educação. **Projovem Campo – Saberes da Terra**, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/projovem-campo--saberes-da-terra> Acesso em: 21/04/2021.
- DALBEN, Ângela Imaculada L. F. **Conselho de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

DEMOCRACIA. In: DICIO, **Dicionário online de Português**. Porto: 7Graus, 2009. Disponível em <https://www.dicio.com.br/democracia/> Acesso em: 22/05/2021.

FNDE. **Brasil Alfabetizado**, 2017. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/bolsas-e-auxilios/eixos-de-atuacao/brasilalfabetizado#:~:text=O%20Programa%20Brasil%20Alfabetizado%20%28PBA%29%20visa%20alfabetizar%20jovens%2C,cursos%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20jovens%20e%20adultos%20%28EJA%29> Acesso em 21/04/2021

FNDE. **Caminho da Escola**, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/programas/caminho-da-escola> Acesso em 21/04/2021.

FOGAÇA, Jéssica. **Método Friends**, 2016. Disponível em: <http://www.jessicafogaca.com/metodo-friends/> Acesso em: 05/05/2021.

GATTI, B. A. **Estudos quantitativos em educação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

_____. **A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012.

LEMANN, Fundação. **Os Alunos estão na escola?**, 2019. Disponível em: https://fundacaoemann.org.br/noticias/como-esta-a-nossa-educacao-basica?gclid=Cj0KCQjwwyFBhDvARIsAA67M72RfXsYEjlopv226CHrkot6Ve55qIB3HVDSH0Xnn0WYwZiJwVFCsAaAolzEALw_wcB Acesso em: 07/06/2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências pedagógicas na prática escolar**. In: _____. **Democratização da escola pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo: Loyola, 1992. Cap1. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAehikAH/libaneo> . Acesso em 04/06/2021.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

OLIVEIRA, C. **Democratização da educação: acesso e permanência do aluno e gestão democrática**. In: RESCIA, A. P. O. et al. (Orgs.). **Dez anos de LDB: contribuições para a discussão das políticas públicas em educação no Brasil**. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p.93-103.

PAULA, Déborah Helenise Lemes de; PAULA, Rubian Mara de. **Currículo na escola e currículo da escola**. Editora intersaberes. Edição 2016.

PRAVALER. **EJA 2020: Guia Completo para você se dar bem**, 2020. Disponível em: <https://www.pravaler.com.br/eja-2020-guia-completo-para-voce-se-dar-bem/> Acesso em 07/06/2021.

PÚBLICA, Educação. **Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)**, 2019. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja> Acesso em: 07/06/2021.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado. **Associação de Pais e mestres**, [S.d].Disponível em <https://www.educacao.sp.gov.br/apm> Acesso em 07/06/2021.

_____. Secretária da Educação. **Gestão Democrática: a escola é sua**,2018. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/gestaodemocratica> Acesso em: 05/05/2021.

_____. Secretária da Educação. **Gestão Democrática: juntos somos melhores**, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YAPEQWyPt8A> Acesso em: 05/05/2021.

WITTMANN, Lauro Carlos; KLIPPEL, Sandra Regina. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar**. Curitiba: Editora Intersaberes. 1º Edição, 2012.